ÍNDICE

Abreviaturas V
Nota do Autor à 1ª edição XXXIII

CAPÍTULO I
FURTO

1. Considerações preliminares 2
2. Bem jurídico tutelado 3
   2.1. Não podem ser objeto de furto 5
3. Sujeitos ativo e passivo 5
4. Tipo objetivo: adequação típica 6
   4.1. Elemento normativo: coisa "alheia" 8
   4.2. Proprietário que subtrai coisa da qual não tem a posse: atipicidade 9
   4.3. Lesão patrimonial: bem economicamente apreciável 12
   4.4. Coisa perdida, abandonada e coisa comum 14
5. Natureza e efeito do consentimento da vítima no crime de furto 15
6. Tipo subjetivo: adequação típica 15
7. Consumação e tentativa 16
   7.1. Consumação 16
   7.2. Tentativa 18
8. Classificação doutrinária 19
9. Furto durante o repouso noturno 20
10. Furto de pequeno valor 22
    10.1. Aplicabilidade da privilegiadora no furto qualificado 24
    10.2. Pequeno valor e pequeno prejuízo: distinção 26

11. Furto qualificado: tipo derivado 26
11.1. Com destruição ou rompimento de obstáculo (I) 27
11.2. Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza (II) 30
11.3. Com emprego de chave falsa (III) 35
11.4. Mediante concurso de duas ou mais pessoas (IV) 36
12. *Concursus delinquentium* e concurso de duas ou mais pessoas 37
12.1. Co-autoria e participação em sentido estrito 40
12.2. Causalidade física e psíquica: elemento objetivo-subjetivo ... 43
12.3. Participação impunível: impede a configuração da qualificadora 44
12.4. Autoria colateral: atipicidade da qualificadora do concurso de pessoas 45
13. Autoria mediata: impossibilidade da qualificadora de concurso de pessoas 46
14. Punibilidade do concurso de pessoas e da qualificadora similar .. 47
15. Comunicabilidade ou incomunicabilidade da qualificadora 52
16. Punibilidade desproporcional da qualificadora do concurso de pessoas 53
17. Furto de veículo automotor: qualificadora especial 58
17.1. Furto de uso: intenção de restituir 61
18. Furto de energia: equiparação a coisa móvel 63
18.1. Furto de energia e furto de sinal de TV paga 66
19. Erro jurídico-penal no crime de furto: erro de tipo e de proibição .. 67
20. Pena e ação penal 69

CAPÍTULO II
FURTO DE COISA COMUM

1. Considerações preliminares 71
2. Bem jurídico tutelado 72
3. Sujeitos do crime 72
3.1. Sujeito ativo 72
3.2. Sujeito passivo 72

4. Tipo objetivo: adequação típica 73
4.1. Sócio que furta da própria sociedade 74
5. Tipo subjetivo: adequação típica 75
6. Consumação e tentativa 75
6.1. Consumação de furto de coisa comum 75
6.2. Tentativa de furto de coisa comum 76
7. Classificação doutrinária 76
8. Causa especial de exclusão da antijuridicidade 76
9. Pena e ação penal 77

CAPÍTULO III
ROUBO

1. Considerações preliminares 80
2. Bem jurídico tutelado 81
3. Sujeitos do crime 82
3.1. Sujeito ativo 82
3.2. Sujeito passivo 82
4. Tipo objetivo: adequação típica 82
5. *Modus operandi*: mediante violência ou grave ameaça ou qualquer outro meio 84
5.1. Violência física (*vis corporalis*) 84
5.2. Grave ameaça (*vis compulsiva*) 85
5.2.1. Idoneidade da grave ameaça 86
5.2.2. Simulação de arma e arma de brinquedo 86
5.3. Qualquer outro meio de redução da resistência 87
5.4. Violência ou grave ameaça para fugir sem a coisa 89
6. Espécies de roubo: próprio e impróprio 90
6.1. Roubo próprio 91
6.2. Roubo impróprio 92
6.3. Roubo próprio e impróprio: distinção 94
7. Objeto material do crime de roubo 95
8. Tipo subjetivo: adequação típica 95

9. Roubo majorado ("qualificado", § 2º) 96
9.1. Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma (I) 97
9.1.1. O emprego de arma de brinquedo e a Súmula 174 do STJ 98
9.2. Se há concurso de duas ou mais pessoas (II) 100
9.3. Em serviço de transporte de valores e o agente conhece essa circunstância (III) 100
9.4. Roubo de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior (IV) 101
9.5. Roubo de veículo automotor com seqüestro da vítima (V) 102
9.6. Elevação da pena mínima no roubo qualificado 104
10. Eventual presença de duas causas de aumento 104
11. Consumação e tentativa 106
11.1. Consumação do crime de roubo 106
11.2. Tentativa do crime de roubo 107
12. Classificação doutrinária 107
13. Roubo qualificado pelo resultado: lesão grave ou morte 108
13.1. Pela lesão corporal grave 109
13.2. Pelo resultado morte: latrocínio 110
13.2.1. Resultado morte decorrente de grave ameaça: não tipifica latrocínio 111
13.3. Morte de comparsa: inocorrência de latrocínio 112
14. Tentativa de latrocínio: pluralidade de alternativas 113
15. Latrocínio com pluralidade de vítimas 115
16. Concurso do crime de roubo com o de quadrilha 115
17. Pena e ação penal 116

CAPÍTULO IV
EXTORSÃO

1. Considerações preliminares 118
2. Bem jurídico tutelado 118
3. Sujeitos ativo e passivo 119

4. Tipo objetivo: adequação típica 119
4.1. A extorsão mediante grave ameaça e o crime de ameaça do art. 147 120
4.2. Obtenção de indevida vantagem econômica: especial fim de agir 121
5. Tipo subjetivo: adequação típica 123
6. Extorsão majorada: co-autoria e emprego de armas 123
6.1. Se a extorsão é cometida por duas ou mais pessoas 123
6.2. Com emprego de arma 124
7. Omissão da Lei n. 9.426/96: majorantes relativas a veículo automotor 124
8. Extorsão qualificada: lesão grave ou morte 125
9. Roubo e extorsão: semelhanças e dessemelhanças 125
9.1. Roubo e extorsão: são crimes da mesma espécie 126
10. Crimes de extorsão e de constrangimento ilegal: conflito aparente de normas 128
11. Consumação e tentativa 129
11.1. Consumação 129
11.2. Tentativa 130
12. Classificação doutrinária 131
13. Pena e ação penal 131

CAPÍTULO V
EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO

1. Considerações preliminares 134
2. Bem jurídico tutelado 134
3. Sujeitos do crime 135
3.1. Sujeito ativo 135
3.2. Sujeito passivo 135
4. Tipo objetivo: adequação típica 136
4.1. (Ir)relevância da natureza ou espécie da vantagem visada .. 137
4.2. Vantagem devida: outra tipificação 140
5. Tipo subjetivo: adequação típica 141

6. Extorsão qualificada: *modus operandi* 141
6.1. Duração do seqüestro e idade da vítima 142
6.2. Cometido por bando ou quadrilha 143
7. Extorsão mediante seqüestro qualificada pelo resultado: lesão grave ou morte 145
7.1. Se resulta lesão corporal de natureza grave 146
7.2. Se resulta a morte 146
8. Delação premiada: favor legal antiético 147
9. Crime hediondo 147
10. Consumação e tentativa 148
11. Classificação doutrinária 148
12. Pena e ação penal 149

CAPÍTULO VI
EXTORSÃO INDIRETA

1. Considerações preliminares 151
2. Bem jurídico tutelado 152
3. Sujeitos do crime 153
3.1. Sujeito ativo 153
3.2. Sujeito passivo 153
4. Tipo objetivo: adequação típica 153
5. Tipo subjetivo: adequação típica 155
6. Classificação doutrinária 156
7. Consumação e tentativa 156
8. Pena e ação penal 157

CAPÍTULO VII
DA USURPAÇÃO

1ª Seção
Alteração de limites

1. Considerações preliminares 160
2. Bem jurídico tutelado 161
3. Sujeitos ativo e passivo 162

4. Tipo objetivo: adequação típica 164
5. Tipo subjetivo: adequação típica 166
5.1. Elemento subjetivo especial: para apropriar-se de coisa móvel alheia 166
6. Consumação e tentativa 167
7. Classificação doutrinária 168
8. Pena e ação penal 168

CAPÍTULO VIII

2ª Seção

Usurpação de águas

1. Considerações preliminares 169
2. Bem jurídico tutelado 170
3. Sujeitos ativo e passivo 170
4. Tipo objetivo: adequação típica 170
5. Tipo subjetivo: adequação típica 172
6. Consumação e tentativa 172
7. Classificação doutrinária 173
8. Pena e ação penal 173

CAPÍTULO IX

3ª Seção

Esbulho possessório

1. Considerações preliminares 175
2. Bem jurídico tutelado 176
3. Sujeitos do crime 176
3.1. Sujeito ativo 176
3.2. Sujeito passivo 177
4. Tipo objetivo: adequação típica 177
4.1. Violência à pessoa ou grave ameaça ou concurso de mais de duas pessoas 178
4.2. Esbulho civil e esbulho penal 179
4.3. Esbulho de imóvel do SFH 180

5. Tipo subjetivo: adequação típica 180
6. Consumação e tentativa 181
7. Usurpação em concurso com violência 181
8. Pena e ação penal 182
8.1. Penas cominadas 182
8.2. Pena e ação penal 182

CAPÍTULO X
SUPRESSÃO OU ALTERAÇÃO DE MARCA EM ANIMAIS

1. Considerações preliminares 183
2. Bem jurídico tutelado 184
3. Sujeitos ativo e passivo 185
4. Tipo objetivo: adequação típica 185
4.1. Somente em animais já marcados 185
4.2. Concurso com outros crimes 186
4.3. Elementares típico-normativas: "indevidamente" e "alheio" .. 187
4.4. Significado e limite das locuções "gado" ou "rebanho" 187
5. Tipo subjetivo: adequação típica 188
6. Consumação e tentativa 189
7. Classificação doutrinária 189
8. Pena e ação penal 189

CAPÍTULO XI
DO DANO

1. Considerações preliminares 192
2. Bem jurídico tutelado 193
3. Sujeitos ativo e passivo 194
4. Tipo objetivo: adequação típica 194
5. Tipo subjetivo: adequação típica 197
6. Dano qualificado 199
6.1. Com violência à pessoa ou grave ameaça 200
6.1.1. Dano praticado com violência: concurso material de crimes ou cúmulo material de penas 201
6.2. Com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave 203

6.3. Contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista 203
6.4. Por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima 204
6.4.1. Por motivo egoístico 205
6.4.2. Com prejuízo considerável 206
7. Consumação e tentativa 206
8. Classificação doutrinária 207
9. Pena e ação penal 207

CAPÍTULO XII

INTRODUÇÃO OU ABANDONO DE ANIMAIS EM PROPRIEDADE ALHEIA

1. Considerações preliminares 209
2. Bem jurídico tutelado 210
3. Sujeitos ativo e passivo 210
4. Tipo objetivo: adequação típica 211
4.1. Sem consentimento de quem de direito 212
4.2. Ocorrência efetiva de prejuízo 214
4.3. Prejuízo: condição objetiva da punibilidade ou elementar típica 214
5. Tipo subjetivo: adequação típica 215
6. Consumação e tentativa 216
7. Classificação doutrinária 217
8. Questões especiais 218
9. Pena e ação penal 218

CAPÍTULO XIII

DANO EM COISA DE VALOR ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO OU HISTÓRICO

1. Considerações preliminares 219
2. Bem jurídico tutelado 220
3. Sujeitos ativo e passivo 221

4. Tipo objetivo: adequação típica 222
5. Tipo subjetivo: adequação típica 224
6. Consumação e tentativa 224
7. Classificação doutrinária 225
8. Pena e ação penal 225

CAPÍTULO XIV
ALTERAÇÃO DE LOCAL ESPECIALMENTE PROTEGIDO

1. Considerações preliminares 227
2. Bem jurídico tutelado 228
3. Sujeitos ativo e passivo 229
4. Tipo objetivo: adequação típica 229
5. Tipo subjetivo: adequação típica 230
6. Consumação e tentativa 230
7. Classificação doutrinária 231
8. Questões especiais 231
9. Pena e ação penal 231

CAPÍTULO XV
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

1. Considerações preliminares 234
2. Bem jurídico tutelado 234
3. Sujeitos do crime 235
   3.1. Sujeito ativo 235
   3.2. Sujeito passivo 235
4. Pressuposto da apropriação indébita 236
5. Tipo objetivo: adequação típica 236
6. Tipo subjetivo: adequação típica 237
7. Consumação e tentativa 238
8. Classificação doutrinária 239
9. Formas majoradas de apropriação indébita 240
   9.1. Coisa recebida em depósito necessário 240

9.2. Qualidade pessoal do agente: tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial 241
9.3. Em razão de ofício, emprego ou profissão 242
10. Apropriação, furto e estelionato 243
11. Compra e venda, depositário infiel e apropriação indébita 244
12. Apropriação indébita e relação mandante-mandatário 250
13. Pena e ação penal 250
14. Algumas questões especiais 251

CAPÍTULO XVI
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA

1. Bem jurídico tutelado 254
2. Sujeitos ativo e passivo 254
3. Tipo objetivo: adequação típica 255
3.1. Pressuposto: contribuições recolhidas 255
3.2. Prazo e forma legal ou convencional: norma penal em branco ... 255
4. Tipo subjetivo: adequação típica 255
5. Figuras do *caput* e do § 1º: distinção 256
6. Deixar de recolher no prazo legal (§ 1º, I) 256
6.1. Pressuposto: que tenha sido descontado de pagamento efetuado 256
6.2. Antiga figura do art. 95, *d* 256
7. Deixar de recolher contribuições devidas (§ 1º, II) 256
7.1. Despesas contábeis ou custos relativos a produtos e serviços ... 257
7.2. Pressuposto: que tenham integrado os custos 257
8. Deixar de pagar benefício devido (§ 1º, III) 257
8.1. Pressuposto: reembolso realizado 257
9. Consumação e tentativa 257
10. Classificação doutrinária 257
11. Causa extintiva da punibilidade 258
11.1. Início da ação fiscal (antes) 258

11.2. Requisitos para extinção da punibilidade 258
11.3. Aplicação do art. 34 da Lei n. 9.249/95 259
12. Irretroatividade da lei nova (n. 9.983/2000) 259
13. Perdão judicial ou pena de multa 259
13.1. Valor de pouca monta: inocuidade 259
13.2. Princípio da insignificância: configurado 260
13.3. Requisitos necessários ao perdão judicial ou multa 260
14. Crimes praticados após a Lei n. 9.983/2000: efeitos práticos 260
15. Pena e ação penal 260

CAPÍTULO XVII
APROPRIAÇÃO DE COISA HAVIDA POR ERRO, CASO FORTUITO OU FORÇA DA NATUREZA

1. Considerações preliminares 262
2. Bem jurídico tutelado 262
3. Sujeitos ativo e passivo 262
4. Tipo objetivo: adequação típica 263
5. Apropriação de tesouro 264
6. Apropriação de coisa achada 265
6.1. Elemento temporal: quinze dias 266
7. Tipo subjetivo: adequação típica 266
8. Classificação doutrinária 267
9. Consumação e tentativa 267
10. Minorante do pequeno valor nos crimes de apropriação indébita ... 268
11. Pena e ação penal 269

CAPÍTULO XVIII
ESTELIONATO

1. Considerações preliminares 272
2. Bem jurídico tutelado 273
3. Sujeitos ativo e passivo 274
3.1. Criança e débil mental: impossibilidade 275
4. Fraude civil e fraude penal: ontologicamente iguais 275

5. Tipo objetivo: adequação típica 277
5.1. Emprego de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento 278
5.2. Induzimento ou manutenção da vítima em erro 279
5.3. Obtenção de vantagem ilícita em prejuízo alheio: elemento normativo 280
6. Vantagem ilícita: irrelevância da natureza econômica 282
7. Tipo subjetivo: adequação típica 285
8. Classificação doutrinária 286
9. Consumação e tentativa 286
10. Estelionato e falsidade 287
11. Estelionato privilegiado: minorante de aplicação obrigatória 288
12. Figuras especiais de estelionato 288
12.1. Disposição de coisa alheia como própria (I) 289
12.2. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria (II) .. 290
12.3. Defraudação de penhor (III) 291
12.4. Fraude na entrega de coisa (IV) 292
12.5. Fraude para o recebimento de indenização ou valor de seguro (V) 293
12.6. Fraude no pagamento por meio de cheque (VI) 294
12.6.1. Cheque pós-datado e cheque especial 295
12.6.2. Sujeitos ativo e passivo do crime 296
13. Majorante especial do crime de estelionato 296
14. Arrependimento posterior e as Súmulas 246 e 554 297
14.1. Reparação de danos e as Súmulas 246 e 554 298
15. Algumas questões especiais 299
16. Pena e ação penal 299
17. Transcrição das principais súmulas relativas ao estelionato 300

CAPÍTULO XIX
DUPLICATA SIMULADA

1. Considerações preliminares 301
2. Bem jurídico tutelado 302
3. Sujeitos ativo e passivo 303

4. Tipo objetivo: adequação típica 304
4.1. Falsificação ou adulteração do livro de registro de duplicatas ... 304
5. Tipo subjetivo: adequação típica 305
6. Consumação e tentativa 306
7. Classificação doutrinária 306
8. Pena e ação penal 306

CAPÍTULO XX
ABUSO DE INCAPAZES

1. Considerações preliminares 307
2. Bem jurídico tutelado 308
3. Sujeitos ativo e passivo 308
4. Tipo objetivo: adequação típica 309
4.1. Necessidade, paixão ou inexperiência do menor 309
4.2. Ato suscetível de produzir efeito jurídico 310
4.3. Natureza do proveito ou vantagem 310
5. Tipo subjetivo: adequação típica 312
6. Consumação e tentativa 313
7. Classificação doutrinária 313
8. Pena e ação penal 313

CAPÍTULO XXI
INDUZIMENTO À ESPECULAÇÃO

1. Considerações preliminares 315
2. Bem jurídico tutelado 316
3. Sujeitos ativo e passivo 316
4. Tipo objetivo: adequação típica 317
5. Tipo subjetivo: adequação típica 318
6. Consumação e tentativa 319
7. Classificação doutrinária 320
8. Pena e ação penal 320

CAPÍTULO XXII
FRAUDE NO COMÉRCIO

1. Considerações preliminares 321
2. Bem jurídico tutelado 322
3. Sujeitos ativo e passivo 322
4. Tipo objetivo: adequação típica 323
   4.1. Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas (§ 1º) 325
5. Tipo subjetivo: adequação típica 325
6. Consumação e tentativa 326
7. Pena e ação penal 326

CAPÍTULO XXIII
OUTRAS FRAUDES

1. Considerações preliminares 327
2. Bem jurídico tutelado 328
3. Sujeitos ativo e passivo 328
4. Tipo objetivo: adequação típica 328
5. Tipo subjetivo: adequação típica 329
6. Consumação e tentativa 329
7. Classificação doutrinária 330
8. Pena e ação penal 330

CAPÍTULO XXIV
FRAUDES E ABUSOS NA FUNDAÇÃO OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES

1. Considerações preliminares 333
2. Bem jurídico tutelado 334
3. Sujeitos ativo e passivo 334
4. Tipo objetivo: adequação típica 335
   4.1. Fraude na fundação de sociedade por ações: crime subsidiário 336

5. Tipo subjetivo: adequação típica 338
6. Consumação e tentativa 338
7. Classificação doutrinária 339
8. Fraude sobre as condições econômicas de sociedade por ações (§ 1º, I) 339
8.1. Bem jurídico tutelado 340
8.2. Sujeitos ativo e passivo 340
8.3. Tipo objetivo: adequação típica 341
8.4. Consumação e tentativa 342
9. Falsa cotação de ações ou título de sociedade (§ 1º, II) 342
9.1. Sujeitos ativo e passivo 342
9.2. Tipo objetivo: adequação típica 342
9.3. Consumação e tentativa 343
10. Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres (§ 1º, III) 343
10.1. Sujeitos ativo e passivo 343
10.2. Tipo objetivo: adequação típica 344
10.3. Consumação e tentativa 345
11. Compra e venda de ações da sociedade (§ 1º, IV) 345
11.1. Sujeitos ativo e passivo 345
11.2. Tipo objetivo: adequação típica 345
11.3. Consumação e tentativa 346
12. Caução de ações da sociedade (§ 1º, V) 346
12.1. Sujeitos ativo e passivo 347
12.2. Tipo objetivo: adequação típica 347
12.3. Consumação e tentativa 347
13. Distribuição de lucros ou dividendos fictícios (§ 1º, VI) 347
13.1. Sujeitos ativo e passivo 348
13.2. Tipo objetivo: adequação típica 348
13.3. Consumação e tentativa 349
14. Aprovação fraudulenta de conta ou parecer (§ 1º, VII) 349
14.1. Sujeitos ativo e passivo 349
14.2. Tipo objetivo: adequação típica 349
14.3. Consumação e tentativa 350

15. Crimes de liquidante (§ 1º, VIII) 350
16. Crimes do representante da sociedade estrangeira (§ 1º, IX) 350
16.1. Sujeitos ativo e passivo 351
17. Crime de acionista: negociação de voto (§ 2º) 351
17.1. Sujeitos ativo e passivo 351
17.2. Tipo objetivo: adequação típica 351
18. Pena e ação penal 352

CAPÍTULO XXV
EMISSÃO IRREGULAR DE CONHECIMENTO DE DEPÓSITO OU "WARRANT"

1. Considerações preliminares 353
2. Bem jurídico tutelado 354
3. Sujeitos ativo e passivo 354
4. Conhecimento de depósito e *warrant* 354
5. Tipo objetivo: adequação típica 355
5.1. Elemento normativo: em desacordo com disposição legal 356
6. Tipo subjetivo: adequação típica 357
7. Consumação e tentativa 357
8. Pena e ação penal 357

CAPÍTULO XXVI
FRAUDE À EXECUÇÃO

1. Considerações preliminares 359
2. Bem jurídico tutelado 360
3. Sujeitos ativo e passivo 360
4. Tipo objetivo: adequação típica 361
5. Tipo subjetivo: adequação típica 363
6. Consumação e tentativa 363
7. Pena e ação penal 363

CAPÍTULO XXVII
RECEPTAÇÃO

1. Considerações preliminares 366
2. Bem jurídico tutelado 367
3. Sujeitos ativo e passivo 369
4. Tipo objetivo: adequação típica: receptação simples 370
   4.1. Novas figuras da Lei n. 9.426/96: receptação ou favorecimento 373
   4.2. Receptação de receptação: possibilidade 374
5. Significado dogmático das elementares: "sabe" e "deve saber" 375
   5.1. Síntese dos postulados fundamentais das teorias do dolo e da culpabilidade 376
   5.2. Sentido e função das elementares "sabe" e "deve saber" na definição do crime de receptação 379
6. Consumação e tentativa 383
7. Classificação doutrinária 384
8. Receptação qualificada: tipo autônomo ou derivado 384
   8.1. Adequação típica: receptação qualificada 386
   8.2. Receptação simples, receptação qualificada e princípio da proporcionalidade 389
   8.3. Elemento normativo da receptação qualificada: no exercício de atividade comercial ou industrial 394
9. Tipo subjetivo: adequação típica: dolo direto 395
   9.1. Elemento subjetivo especial do injusto: em proveito próprio ou alheio 398
10. Receptação culposa 398
11. Autonomia da receptação: independência relativa 400
12. "Autor de crime": a culpabilidade não é mero pressuposto da pena .. 402
13. Perdão judicial (§ 5º, 1ª parte) 405
14. Receptação privilegiada (§ 5º, 2ª parte) 407
15. Receptação majorada (§ 6º) 408
16. Pena e ação penal 409

CAPÍTULO XXVIII
DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1. Considerações preliminares 412
2. Repercussão do Estatuto do Idoso nos crimes patrimoniais 412
3. Imunidade penal absoluta 413
4. Imunidade relativa: condição de procedibilidade 414
5. Exclusão de imunidade ou privilégio 416
   5.1. Concurso eventual de estranhos: co-autoria ou participação ... 416

CAPÍTULO XXIX
VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

1. Considerações preliminares 418
2. Bem jurídico tutelado 418
3. Sujeitos ativo e passivo 419
4. Tipo objetivo: adequação típica 419
   4.1. Inovações da Lei n. 10.695/2003 420
5. Figuras qualificadas: majoração penal 421
   5.1. Intuito de lucro é o fundamento da majoração penal 422
   5.2. Elemento normativo do tipo: sem autorização 422
6. Repressão da *cyberpirataria* 423
7. Tipo subjetivo: adequação típica 423
8. Consumação e tentativa 424
9. Classificação doutrinária 424
10. Pena e ação penal 424
11. Algumas questões especiais 425

CAPÍTULO XXX
USURPAÇÃO DE NOME OU PSEUDÔNIMO ALHEIO

1. Considerações preliminares 427
2. Bem jurídico tutelado 428
3. Sujeitos ativo e passivo 428
4. Tipo objetivo: adequação típica 428

5. Tipo subjetivo: adequação típica 429
6. Consumação e tentativa 429
7. Classificação doutrinária 429
8. Pena e ação penal 429

CAPÍTULO XXXI

AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Considerações preliminares 431
2. Natureza da ação penal 432
3. Prazo decadencial: geral ou especial 432
4. Prova do direito de ação (art. 526 do CPP): pré-constituída 433

CAPÍTULO XXXII

ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO

1. Considerações preliminares 436
2. Bem jurídico tutelado 437
3. Sujeitos ativo e passivo 438
3.1. Pessoa jurídica: impossibilidade 438
4. Tipo objetivo: adequação típica 439
4.1. Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça 440
5. Tipo subjetivo: adequação típica 441
6. Consumação e tentativa 442
7. Concurso com crimes praticados com violência 443
8. Classificação doutrinária 444
9. Pena e ação penal 444

CAPÍTULO XXXIII

ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA

1. Considerações preliminares 445
2. Bem jurídico tutelado 446

3. Sujeitos ativo e passivo 447
4. Tipo objetivo: adequação típica 447
4.1. Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça 448
5. Tipo subjetivo: adequação típica 449
6. Consumação e tentativa 450
7. Classificação doutrinária 450
8. Concurso de crimes: violência tipificada 450
9. Pena e ação penal 451

CAPÍTULO XXXIV
ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

1. Considerações preliminares 453
2. Bem jurídico tutelado 454
3. Sujeitos ativo e passivo 454
4. Tipo objetivo: adequação típica 455
4.1. Trabalho individual e crime contra a organização do trabalho .. 455
5. Tipo subjetivo: adequação típica 456
6. Consumação e tentativa 456
7. Classificação doutrinária 457
8. Pena e ação penal 457

CAPÍTULO XXXV
PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM

1. Considerações preliminares 459
2. Bem jurídico tutelado 460
3. Sujeitos ativo e passivo 461
4. Tipo objetivo: adequação típica 462
4.1. Abandono coletivo e suspensão do trabalho 462
4.2. Violência contra pessoa ou coisa 463
5. Tipo subjetivo: adequação típica 464

6. Consumação e tentativa 464
7. Pena e ação penal 464

CAPÍTULO XXXVI
PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO

1. Considerações preliminares 465
2. Bem jurídico tutelado 466
3. Sujeitos ativo e passivo 467
4. Tipo objetivo: adequação típica 468
5. Tipo subjetivo: adequação típica 468
5.1. Tipicidade de greve pacífica: excepcionalmente 468
6. Consumação e tentativa 469
7. Pena e ação penal 469

CAPÍTULO XXXVII
INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM

1. Considerações preliminares 471
2. Bem jurídico tutelado 472
3. Sujeitos ativo e passivo 472
4. Tipo objetivo: adequação típica 473
5. Tipo subjetivo: adequação típica 473
6. Consumação e tentativa 474
7. Pena e ação penal 474
8. Questões especiais 474

CAPÍTULO XXXVIII
FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA

1. Considerações preliminares 476

2. Bem jurídico tutelado 476
3. Sujeitos ativo e passivo 476
4. Tipo objetivo: adequação típica 477
5. Tipo subjetivo: adequação típica 477
6. Consumação e tentativa 478
7. Novos tipos assemelhados 478
8. Penas e ação penal 478
8.1. Sanções cominadas 478
8.2. Natureza da ação penal 479
9. Questões especiais 479

CAPÍTULO XXXIX
FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Considerações preliminares 481
2. Bem jurídico tutelado 482
3. Sujeitos ativo e passivo 482
4. Tipo objetivo: adequação típica 483
4.1. Meios executórios normativos: mediante fraude ou violência 483
5. Tipo subjetivo: adequação típica 484
6. Consumação e tentativa 484
7. Penas e ação penal 484

CAPÍTULO XL
EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. Considerações preliminares 485
2. Bem jurídico tutelado 485
3. Sujeitos ativo e passivo 486
4. Tipo objetivo: adequação típica 486
5. Tipo subjetivo: adequação típica 487
6. Consumação e tentativa 487

7. Pena e ação penal 488

CAPÍTULO XLI
ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO

1. Considerações preliminares 489
2. Bem jurídico tutelado 490
3. Sujeitos ativo e passivo 490
4. Tipo objetivo: adequação típica 490
5. Tipo subjetivo: adequação típica 491
6. Consumação e tentativa 491
7. Pena e ação penal 491

CAPÍTULO XLII
ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL

1. Considerações preliminares 494
2. Bem jurídico tutelado 494
3. Sujeitos ativo e passivo 494
4. Tipo objetivo: adequação típica 495
5. Tipo subjetivo: adequação típica 495
6. Consumação e tentativa 495
7. Novo tipo penal (§ 1º) 496
8. Pena e ação penal 496
9. Leis n. 9.099/95 e 9.714/98: "fundamentos" para exasperação penal 496

CAPÍTULO XLIII
ULTRAJE A CULTO E IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE ATO A ELE RELATIVO

1. Considerações preliminares 500
2. Bem jurídico tutelado 500
3. Sujeitos ativo e passivo 500
4. Tipo objetivo: adequação típica 502

4.1. Escárnio por motivo de religião 502
4.2. Impedimento ou perturbação de culto religioso 503
4.3. Vilipêndio público de ato ou objeto obsceno 503
5. Tipo subjetivo: adequação típica 504
6. Consumação e tentativa 504
7. Classificação doutrinária 505
8. Majorante especial: com violência 505
9. Pena e ação penal 506

CAPÍTULO XLIV
IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE CERIMÔNIA FUNERÁRIA

1. Considerações preliminares 507
2. Bem jurídico tutelado 508
3. Sujeitos ativo e passivo 508
4. Tipo objetivo: adequação típica 509
5. Tipo subjetivo: adequação típica 509
6. Consumação e tentativa 510
7. Figura majorada 510
8. Pena e ação penal 511

CAPÍTULO XLV
VIOLAÇÃO DE SEPULTURA

1. Considerações preliminares 513
2. Bem jurídico tutelado 514
3. Sujeitos ativo e passivo 514
4. Tipo objetivo: adequação típica 514
5. Tipo subjetivo: adequação típica 515
6. Consumação e tentativa 516
7. Furto em sepultura: tipificação 516
8. Classificação doutrinária 516

9. Pena e ação penal 516

CAPÍTULO XLVI
DESTRUIÇÃO, SUBTRAÇÃO OU OCULTAÇÃO DE CADÁVER

1. Considerações preliminares 517
2. Bem jurídico tutelado 518
3. Sujeitos ativo e passivo 518
4. Tipo objetivo: adequação típica 519
4.1. Objeto material do crime: cadáver 519
5. Tipo subjetivo: adequação típica 521
6. Consumação e tentativa 521
7. Classificação doutrinária 521
8. Pena e ação penal 522

CAPÍTULO XLVII
VILIPÊNDIO A CADÁVER

1. Considerações preliminares 523
2. Bem jurídico tutelado 523
3. Sujeitos ativo e passivo 524
4. Tipo objetivo: adequação típica 524
5. Tipo subjetivo: adequação típica 525
6. Consumação e tentativa 525
7. Classificação doutrinária 525
8. Pena e ação penal 526

Bibliografia 527